

Seminário de divulgação de resultados em Sinop e de fortalecimento da agricultura familiar Regional Norte

Data: 24 e 25 de junho - 2013

Local: Unemat – Campus Sinop - MT

Objetivo: O Seminário teve como objetivo a apresentação do estudo de caso sobre os impactos da monocultura da soja no município de Lucas de Rio Verde e região, reivindicar junto aos órgãos públicos competentes políticas públicas para reverter a situação provocada pela monocultura da soja e a inviabilidade de políticas para a produção de alimentos em face ao descaso à agricultura familiar.

Programação

- ✓ **Mesa 1** – Apresentação do estudo de caso sobre os impactos da monocultura da soja no município de Lucas de Rio Verde e entorno realizado pelo Formad; Exposição da sistematização e dos dados – Sergio Schlesinger; debate em plenária
- ✓ **Mesa 2** - Socialização das demandas e questões das organizações e movimentos da região
- ✓ **Oficina** com as organizações locais e regionais. A partir das informações e dados apresentados e discutidos, elaboração de um documento de reivindicações para diálogo com os órgãos públicos;
- ✓ **Mesa 3** – Apresentação das reivindicações e diálogo com os órgãos públicos presentes: André Grossi Machado e Dieter Metzner – MDA; Vicente José Puhl – CONAB; Maria Emília Lisboa Pacheco, presidente do CONSEA Nacional. - Debate.
- ✓ Encaminhamentos e organização local

Introdução

Cinquenta e nove pessoas participaram do seminário regional de divulgação do dados e de discussão de políticas públicas de enfrentamento dos impactos socioambientais provocados pelo monocultivo do complexo soja. Participaram **16 organizações regionais da sociedade civil**: Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Economia Solidária – COPERREDE, Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Sinop, Associação Renascer de Peixoto, Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios de Nova Ubiratã - Aproger, Fórum Telles Pires, Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Peixoto de Azevedo, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Assentamento 12 de Outubro, Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra – MST, Assentamento ENA de Feliz Natal, Colônia Z-16 de Pescadores e Aquicultores do Município de Sinop e Região – Copesnop, Escola Estadual Terra Nova, Escola Agrícola (Curso Técnico em Agroecologia), Escola Estadual Lucas Auxílio Toniazzo (Curso Técnico em Agroecologia), Associação de Agricultores Familiares Córrego Fundo de Sinop, Associação dos docentes da Unemat, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Equipe de pesquisa do Formad e da Fase nacional; Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; e representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Apresentação dos trabalhos de estudo de caso

Apresentação do filme de sistematização da pesquisa: **Dois casos sérios sobre Agrocombustíveis**

Sérgio Schlesinger fez o informe sobre a visita das organizações sociais de Moçambique a Mato Grosso para visualização dos impactos do agronegócio, mencionou a carta elaborada em Moçambique e pediu às organizações locais para que assinem a carta de apoio.

Apresentação: Avaliação dos impactos socioambientais da produção dos agrocombustíveis.

A grande pergunta que surge: É Possível produzir agrocombustíveis sustentáveis a partir de monocultivos como o da soja e o da cana?

Sergio apresentou os modelos de certificação da Holanda, um dos principais objetivos do projeto inicial, em parceria com a OXFAM. Os modelos de certificação são inviáveis. As populações atingidas é que tem de ser ouvidas. A pesquisa apresentou incompatibilidade com a sustentabilidade nas comunidades e instituições consultadas na pesquisa.

A pesquisa foi realizada através de intercâmbio de informações em dois municípios: Lucas do Rio Verde (monocultura de soja) Barra dos Bugres (Monocultura de cana-de-açúcar).

Em MT os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam apenas 10%, e correspondem com 60% da mão de obra familiar.

Atenção especial foi dada ao cerrado por ser o bioma predominante na região, e por ter as bacias mais importantes: Araguaia – Tocantins, São Francisco e Paraguai – Paraná. É a caixa de água do Brasil e está sendo contaminada pelo uso intensivo de agroquímicos e pesticidas nos monocultivos do chamado complexo soja. O cerrado é o “primo pobre” da Amazônia. Na verdade é o segundo maior bioma da América latina em biodiversidade.

Historicamente o projeto governamental denominado “Marcha para Oeste”, estimulou o processo de ocupação agrícola do estado de Mato Grosso, num contexto de ocupar espaços vazios/brancos. Hoje, focando-nos em Lucas do Rio Verde, constatamos que 73% da área total do município está ocupada pela soja.

No Brasil o crescimento de etanol deu uma freada por questão do investimento no pré-sal.

O zoneamento da cana de açúcar aponta o cerrado como área prioritária para produção de cana de açúcar, e exclui Amazônia, Pantanal e alto do rio Paraguai. Há pressão do agronegócio no congresso nacional para derrubar isso.

O gado diminuiu na região de Lucas, mas não em Barra do Bugres, onde os fazendeiros de gado estão associados às usinas de cana. O gado migra para a Amazônia legal. Por isso certificar o desmatamento não é um dado claro. O que deixa o quadro mais claro é a diminuição da produção de alimentos. O pouco arroz que se produz é em área de expansão da soja, como preparação do solo.

A questão é comprovar a relação entre doenças e agrotóxicos. A dificuldade se dá na deficiência de comprovação de contaminação por agrotóxicos, devido à falta de notificação que associe um problema ao outro.

Dados do tomate produzido no Rio de Janeiro mostram coincidência de câncer com a produção de tomate. Na mesma direção apontam os dados do Datasus em relação aos municípios que mais consomem agrotóxicos.

Onde não há informações, foram coletados depoimentos. Ouvindo e vendo a situação da

agricultura familiar, a pergunta que nos fizemos é essa: Cadê a produção familiar de soja, que teria que ser 15% para produção de biodiesel? Uma das explicações que encontramos está na informação de que lotes de arrendamento contínuos estão sendo computados como soja de agricultura familiar.

Bons programas do governo federal como a aquisição de alimentos pela agricultura familiar. (PAA e PNAE) não se fazem presentes nesta região. No Brasil, a média é de ¼ do território ocupado pela agricultura familiar. No RS 34%. No MT a agricultura familiar ocupa apenas 10% das terras agriculturáveis.

Principais problemas (ver slide)

A região que se diz ser celeiro do mundo é altamente dependente da importação de alimentos.

Sabemos quanto se produz de soja, de carne, mas não existem dados oficiais sobre a produção pesqueira. Sabemos apenas pelos depoimentos dos ribeirinhos, das colônias de pescadores e dos povos tradicionais que a pesca diminui ano após ano.

Medidas imediatas: Análise permanente da qualidade da água, verificação a contaminação por agrotóxicos e pela vinhaça, para o caso de Barra do Bugres.

Zoneamento integrado das atividades agropecuárias, que evite a implantação de monocultura em áreas necessárias à proteção dos ecossistemas e em regiões estratégicas.

A preservação da cultura.

Apresentação de dados no StatPlanet

Será colocado no site do Formad, a ferramenta StatPlanet que traz informações sobre indicadores de sustentabilidade e de insustentabilidade por município: PAA, PNAE, PROFAF, Internações por doenças causados pelos agrotóxicos.

Debate

Nilfo – Coperrede: o projeto veio de encontro a uma angustia e necessidade da agricultura familiar, num momento oportuno para fornecer dados que dão parâmetros de discutir a sustentabilidade frente à pressão do agronegócio na região, e aos impactos ambientais e sociais. Que possamos socializar estas informações na sociedade, universidades, nas bases camponesas. O nosso objetivo com esse evento, é unir as forças de forma mais organizada, para que tenhamos condições de fazer o enfrentamento e fazer com que conseguimos promover um modelo que garanta a segurança e soberania alimentar.

Ambrósio – STR e As. Renascer: com os testemunhos que já fizemos era para ter saído mais provas no material do sistematizado. Que possamos trazer mais realidade. O material tem que contemplar todos os segmentos inclusive a agricultura familiar, o camponês que não tem leitura.

Jeferson – MAB: Muitos dados levantados, tanto da soja quanto da cana. Muito interessante o vídeo, um complemento acessível a toda a população. A soja está se expandindo nessa região de Terra Nova e Alta Floresta. Este modelo é um ciclo. O gado está perdendo para a soja, se expandido para Santarém. Esse modelo inviabiliza a agricultura familiar. São modelos antagônicos. Basta ver o plano safra. Inviabiliza todo o projeto de reforma agrária. No MT tem muita terra pública e está sendo utilizada pelo agronegócio.

Nilfo: Na Europa o que ficou muito forte lá, foi a expressão de que os assentamentos são pequenas ilhas no meio do mar do agronegócio. A saída, pela falta de apoio local, foi

o crédito fundiário. A vantagem nossa é ter o assentamento perto da cidade. Facilita a entregar de alimentos, o estudo dos filhos/as... Hoje a cooperativa é fruto da organização dos agricultores familiares.

A soja ocupa áreas degradadas para a produção de gado. As grandes fazendas de Lucas estão investindo em gado de confinamento. Somente um fazendeiro tem mais de 100 mil cabeças de gado. Há um ou dois bois por hectare, porque

Adelmo – Assentamento 12 de outubro - MST: Esse seminário vem ao encontro a uma debate feito pelo MST há muito tempo, a realidade hoje mudou, com participação maior de outras organizações sociais.

Ivonete – Unemat (sinop): No estudo realiado, tiveram informações de como isso está sendo trabalhado nas Universidades e nos Institutos de Educação. Na discussão da agroecologia e organização agrária, temos de ser propositivos, e pensar políticas públicas, como a reforma agrária, a questão da produção. Precisamos de áreas para produzir comida.

Valdecir (Tiriri): não temos um programa público que reconhece a agricultura familiar. O que é perau ou pedreira é destinada para assentamento, mas não terras planas, férteis... Em Peixoto de Azevedo a soja está entrando para valer. Há um alto índice de arrendamento de terra para o plantio de soja. É o Município que mais desmatou. Não dão assistência técnica para os assentamentos. Perseguem o assentado por desmatar um alqueire para produzir para o seu próprio sustento, e, ao lado, o fazendeiro desmata mil alqueires legalmente. O assentamento fica a 220 Km. Ou cria um programa de governo, ou acaba tudo.

Lídia: quando se fala de um modelo, temos de mudá-lo em nós mesmos. O agronegócio está chegando com força e aluga 4 ou 5 lotes de 75 alqueires. Precisamos pensar em como vamos usar as nossas forças.

Fran: Informa sobre os projetos de leis sobre os agrocombustíveis: de autoria do senador Blairo Maggi, para de ampliação do plantio de soja em áreas cultivadas, de cerrado, campos gerais da Amazônia.

Efeitos da soja in natura no sistema alimentar de peixes

A pesquisadora e mestranda da UFMT, Liliane S. Matos apresentou brevemente estudo sobre os impactos da soja in natura utilizada por pescadores na seva de peixe. Ela estuda resíduos de materiais pesados na dieta do peixe Matrinxã em Sinop, especificamente o cromo e cobre.

Todas as amostras coletadas apresentaram contaminação de cromo.

Segundo a pesquisadora, a soja está alterando a cor e o sabor da Matrinchá, por afetar o hábito alimentar do peixe que é onívoro.

Há estudos já realizados pelo pesquisador Carlos Rossi Del Carratori e equipe (*Revista UNIMAR 19(3):871-879, 1997*) sobre os efeitos antinutricionais da soja em tilápias. Possivelmente os efeitos negativos da soja in natura sobre as Matrinxãs se estendem para outras espécies.

Mesa 2 - Socialização das demandas e questões das organizações e movimentos da região

Julita - Presidente da Colônia Z 16, Sinop:

A problemática central são os resíduos de agrotóxicos e dos curtumes jogados no rio, problemas das hidroelétricas em Colíder, Paranaíta e o leilão de hidroelétrica em Sinop.

O Matrinxã, que é o carro chefe do pescado na região, tem desaparecido.

Leis que degradam o meio ambiente, como a lei dos tablados, assinando por Sinval Barbosa –decreto-lei nº 1210, de 03 de julho de 2012, artigo 5º, parágrafo único, legaliza a implantação de estradas na mata ciliar para acesso aos tablados. Consequentemente tem ocorrido muito assoreamento do rio a cada chuva que passa.

José Campos – STTR Sinop: A agricultura tradicional (Chacareiro) e os assentamentos encontram dificuldades nas questões ambientais e fundiárias; a questão dos agrotóxicos está bem complicada na região. 01 assentamento apenas falta regularização fundiária, CAR Ambiental, falta recurso financeiro. Degradação ambiental é cercado pelo rio Teles pires, e com a entrada da hidroelétrica tende a complicar a situação.

Ação injusta: estão multando os assentados, enquanto não há fiscalização sobre os desmatamentos e uso indiscriminado de agrotóxicos nas fazendas em torno dos assentamentos. Na pulverização aérea fazem contorno em cima do rio. Falta fiscalização.

Edson - Peixoto de Azevedo: a realidade econômica é bem diferente. É uma região onde a soja está entrando. Mas a cidade é onde tem onze assentamentos, com 4.600 pequenas propriedades. No entanto a agricultura familiar (AF) não tem uma economia forte, não tem prestígios e nem renda. Alguns motivos: a prefeitura de Peixoto, que tem recursos limitados, as distâncias são absurdas, assentamentos com 250 km da sede do município. Falta assistência, e condições para atender estas comunidades. A questão ambiental é um problema comum, CAR, LAU etc. Acesso ao crédito é muito burocrático.

Quando a monocultura de soja chega, as estradas e o asfalto também chegam.

Falta Política para Agricultura Familiar, não existe e quando existe, não chega até a ponta.

“Eu acho que quando o Brasil vai ter soja, capim e milho, eles vão ter que importar comida”.

Falta de assistência técnica, acesso a recursos e crédito para viabilizar a produção, temos muitas dificuldades nesse sentido.

A Cooperede surge nesse contexto com objetivo de organização.

Luciano (Escola do campo – Terra Nova do Norte): cursos técnicos voltados a agroecologia. 2007 – curso de Agroecologia. 1978 – agricultura familiar, pecuária chega forte e agora 2011 e 2012 – o agronegócio começa avançar.

O pequeno fica suprimido nos meios dos grandes, o agronegócio está expulsando o homem do campo. Em relação á educação o governo ainda não viabiliza incentivo.

Estamos trabalhando os conceitos de agroecologia, economia solidária, agroecologia e agricultura familiar. A preocupação nossa é que, de certa maneira, os agricultores/as estão transformando as propriedades em agronegócio. Sem qualidade de vida. Falta incentivo do governo, transporte é precário, passando 04 horas de trajeto, casa-escola.

Falto incentivo ao MEC, e a educação do campo.

Thiago – Escola Agrícola Terra Nova: O curso é de 04 anos. Os jovens tem de serem ouvidos, precisam de formação, de conhecimento. A escola tem projetos demonstrativos dos princípios de agroecologia e economia solidária; Mais incentivo seria muito bom.

A soja hoje está chegando a Terra Nova do Norte. Há muitos agricultores arrendando a terra, dificultando a permanência da juventude no campo.

Valdir – CPT (Nova Canaã do Norte): a pesquisa é um ótimo subsídio para o debate para a mobilização. O gado de corte é excludente, onde começa acontecer os conflitos. Com o avanço da soja os conflitos foram generalizados.

Assentamento 15 de Março, Nova Guarita: Pulverização aérea nas lavouras, e nas

casas das famílias, conflitos de terra. Efeito do avanço da soja para o norte.

Que tipos de reforma agrária queremos? A nossa base tem uma visão da urgência da reforma agrária? Temos essa preocupação da qualidade da reforma agrária.

Acesso ao crédito – banco central – 21 linhas de crédito. Processo muito burocrático, o crédito para agricultura familiar existe no papel, mas ninguém consegue acessar.

Precisamos fazer o enfrentamento a esse modelo do agronegócio.

Adelmo – MST (Sinop) – o papel dos movimentos sociais na organização dos agricultores/as.

Jefferson – Fórum Teles pires, MAB: Para a construção da usina hidroelétrica de Belo Monte são aplicados 26 bilhões de reais, destes 22 bilhões saem do BNDES.

Toda sociedade é atingida por essas barragens que vão surgindo em todo o Brasil. Geram a exclusão da população.

Em 2010 começa a organização nessa região em torno do Fórum Teles Pires (MAB, MST, SINTEP, SINDISEP, ADUNEMAT, SINPROTEC, Colônia de pescadores).

Algumas realidades estão sendo alteradas por essas barragens. Esse complexo interfere em nossas vidas. Estão sendo planejadas 05 hidrelétricas por essa região do Rio Teles Pires e mais 06 no rio Tapajós. A pauta principal é a implantação de uma hidrovía para escoar grãos.

Na divisa com o Pará está prevista a usina São Manuel. O Hidronegócio é um atrativo para o Agronegócio. Os grandes arquitetos desse modelo são as empresas: BUNG, MAGGI, SYNGENTA...

Precisamos de um diagnóstico, de estudos, entender os nossos conflitos. Quais são as nossas forças? Como construímos a unidade, em um projeto político para o campo?

Jane-MMC: O encontro nacional buscou revigorar as motivações. O movimento em Mato Grosso está passando por um momento de rearticulação. Estabelecemos uma parceria com a UNEMAT, no sentido da educação do campo.

Com a implantação das barragens aumentou a violência e repreensão contra as mulheres, estupros...

Nilfo – Cooperede: A Cooperativa regional de prestação de serviços e economia solidária surge com a proposta de organização dos agricultores/as familiares da região completou 02 anos de existência. Foi aprovado o projeto que acesso o Fundo Amazônia, um projeto de 5.000 milhões para formação de jovens, logística de comercialização e assistência técnica.

GTs para elaboração de um documento de reivindicações

Num segundo momento da tarde foram formados grupos de trabalho por região para elaboração e discussão de um documento com as principais reivindicações da região a serem encaminhadas aos órgãos públicos. Veja documento seis páginas, em anexo.

Mesa 3: Apresentação das reivindicações e diálogo com os órgãos públicos presentes:

Na manhã do dia 25/06/2013, foi feita a verificação das entidades governamentais presentes e a composição da mesa:

Composição da mesa: André Grossi Machado, coordenador geral de biocombustíveis, e Dieter Metzner, coordenador do programa de biodiesel/MT, ambos representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); Vicente José Puhl – Companhia Nacional de Abastamento (CONAB); Maria Emília Lisboa Pacheco, presidente do Conselho Nacional

de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Depois da leitura do documento - Medidas necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações residentes na Região Médio Norte do Estado do Mato Grosso – passou-se a palavra as componentes da mesa:

André Grossi Machado, coordenador de biocombustíveis no Departamento de Geração de Renda e agregação de Valor do MDA, representando o secretário executivo, e a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

É uma obrigação do MDA estar aqui para acolher esta demanda apresentada. Parabens ao evento, realizado numa região tipicamente de agronegócio, com competitividade na produção de grãos. Criam uma sobra para a realidade e as demandas das instituições.

Como quase todas as políticas são pensadas a distância, precisa ser ouvida a sociedade. Há várias demandas de temas de inserção nas disciplinas e cursos técnicos, para conhecer outro mundo aquém do agronegócio.

A política de biodiesel produziu uma oportunidade para a agricultura familiar, mas há dificuldades de competir com a soja, tecnicamente consolidada.

Lamenta a presença de outros órgãos, já que as demandas extrapolam o MDA.

Aumenta a oferta de políticas públicas para acesso da agricultura familiar. Há 3 milhões de contratos Pronaf no Brasil, concentrada mais na região sul. Há várias linhas de crédito que dialogam; há aumento da quantidade: Proteção da produção como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), aumentam recursos para o plano de safra... Falo do cardápio e não da execução.

Que tipo de apoio tem o agricultor no meio de grandes propriedades produtores de grãos?

Hoje há a preocupação com a rota de sustentabilidade, reprodução; uso do solo e da água, redução do uso de agrotóxicos.

A criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), na flexibilidade de contratação.

Como adequar os recursos do biodiesel?

É muito difícil competir com a soja. A soja é cultivada no Brasil há 40 anos e impulsionada pelo mercado de carne, dois bilhões por ano. Talvez o programa de biodiesel tenha subestimado este peso, porque a soja é demandada para alimentação de animais, e o óleo é apenas um resíduo aproveitado. O Biodiesel é produzido 80% de matéria prima da soja. O maior desafio do MDA é diversificar a produção.

Há 90.000 mil assentados em Mato Grosso. Um pouco mais de 1000 famílias participam do programa de biodiesel. Não há nenhuma operação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A empresa fechou esta lacuna. Acessam o biodiesel porque é a única alternativa que aparece pra eles, com um pacote tecnológico empurrado goela abaixo.

Como o programa de biodiesel pode ser um trampolim para acessar outros programas?

O programa é tripartite (federal, estadual, município). Existe o perigo de um industrial se impor a um sindicato frágil.

Incentivar a produção de gergelin, canola, mamona... Enquanto não houver uma pesquisa destas oleaginosas é difícil competir com a soja.

Outra tendência é a produção de culturas perenes como o dendê. Em Mato Grosso tem um zoneamento para o plantio de dendê. Macaúba... (extrativismo...)

O programa de biodiesel tem suas falhas, ancorado somente na soja. A portaria do MDA que estabelece as regras para selo de certificação sustentável está em consulta pública no site do MDA. Acessar o site da agricultura familiar para enviar sugestões.

Porque a usina utiliza o código florestal para uma ATER sistêmica e anual.

Hoje, uma cultura que não seja soja, tem valor dois. Isso pode ser aumentado.

Em relação às pautas de reivindicação deve ser encaminhada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). É importante a quantificação das dívidas.

Quanto ao acesso a internet e telefone: poderiam ser construídas casas digitais.

Apropriação de terras indevidas, por exemplo, Ipiranga do Norte e Itanhangá.

Reformulação dos padrões tradicionais de assistência técnica. Agroecologia; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Apresentação de recursos alternativos junto às escolas técnicas. Há ainda o programa de PAC 2, de distribuição de máquinas para municípios pequenos.

Dieter Metzner: Sobre a renegociação do Pronaf. Houve uma divulgação muito grande com as federações, e chegaram apenas a 15% dos agricultores. Por que? Faltou comunicação? O Estado, o governo sozinho não consegue.

Referente ao PAC foram distribuídas 58 máquinas para recuperação de estradas vicinais, para chegar aos assentados.

Coloca-se à disposição para o programa do biodiesel, e da agricultura familiar.

Vicente Puhl: Foi participante e um dos fundadores do Formad.

Há uma série de demandas que não cabem ao MDA, ou ao Consea.

O estudo chama para pensar no modelo de desenvolvimento apresentado pelo agronegócio, com tecnologia moderna. Escutando os depoimentos, vivemos uma situação bastante crítica. No meio de tudo isto nós gritamos pelo fortalecimento da agricultura familiar. Estamos desafiados, sobretudo nesta região, a resistir.

A reivindicação de acesso a internet e a telefone é fantástica.

Há reivindicações diversas, ao ministério do trabalho, ao ministério público..

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Aspectos históricos e legais

Dos presentes, da região, somente uma pessoa teve acesso aos programas do PAA.

Criado a partir da articulação do Consea, foi instituído pela lei 10.696/2003, alterada e regulara pela lei 12.512 de outubro de 2011.

Os recursos são do ministério do ministério do desenvolvimento social (MDS) e do MDA. Os produtos são comprados pela Conab e distribuídos.

Diretrizes são definidas por um grupo gestor, composto pelos ministérios do DS (coordenação), MDA, Ministério da Fazenda (MF), Ministério Público (MP), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Conab, Ministério de Educação e Cultura (MEC) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Objetivos: incentivar a agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais...

É o primeiro programa estruturante do Fome Zero.

Faz a inclusão social, promove acesso às políticas públicas.

Programa de estímulo à produção agroalimentar.

Modalidades do PAA:

1. Compra com doação simultânea: aquisição com disponibilização para doar a entidades da rede de promoção e proteção social; permite a variedade de cardápios das entidades

assistidas: mais de 370 variedades de produtos. Precisa de registro de inspeção sanitária. Limite via organização R\$ 6.500,00 agricultor/ano. Mas ele precisa da DAP.

Quem faz produção orgânica ou agroextrativista pode vender R\$ 8.000,00, e pode receber 30% mais no valor do produto.

2. Formação de estoque

Viabiliza recursos para a associação ou cooperativa fazer estoque de produtos para agroindustrializar ou comercializar na entre safra. Isso vale, sobretudo, para a castanha. Exige um grau elevado de organização e gestão e comprovante da capacidade de pagamento. Limite: R\$ 8.000 agricultor/ano. Pode ser comprado pela Conab e ser vendido na entre safra.

3. Compra direta: usado para compra de produtos da cesta básica. A única modalidade que pode ser operada sem projeto. Define-se o ponto de venda.

A organização deve fazer contato com a Conab para saber qual o preço de referência do produto e avaliar a viabilidade de venda para a Conab. Limite: R\$ 8.000,00 agricultor/ano.

4. PAA leite (nordeste e centro árido)

5. Compra institucional. As outras modalidades são para a segurança alimentar. Esta modalidade é para abastecer o exército, universidades, hospitais.

Etapas/passos básicos do PAA

Política de programas de pagamento mínimo – Bio (preços mínimos) – Política ambiental, Nos últimos anos foram adicionados 12 produtos com preço mínimos.

Edital de apoio não reembolsável para associações que operam com PAA ou PNAE para adquirir veículo para transporte. O acordo é com o BNDS. Vieram 1500 projetos e serão apoiados 120.

A partir do PAA a Conab passa a ter uma base com a agricultura familiar.

Em 2011 havia 82 projetos no MT e 2012 baixou para 52 municípios.

O PNAE vem do ministério da educação, para os estados e municípios.

Maria Emília:

Ela fez questão de esclarecer que não é do governo, mas da sociedade civil, que trabalha na Fase. Está aqui pelo Fórum Brasileiro de soberania alimentar. Este fórum a indicou para o Consea, como presidente do mesmo.

O Consea reúne espaços do 1/3 do governo (20 ministérios) e de 2/3 da sociedade (Fetagri, Fetag, indígenas, nutricionistas, necessidades especiais, associação de diabetes...). Lá se faz denúncias, de monitoramento de políticas, de ajustes, propostas de novas políticas. O PAA nasceu do Consea em 2003.

O fato de somente uma pessoa desta assembleia acessar o PAA é indicativo de problemas.

Há uns anos atrás, incluímos o direito à alimentação, no artigo 6º da constituição. Ter acesso ao alimento permanente de qualidade.

Ampliar o acesso a alimentos por meio da Agricultura familiar.

Assistimos no Brasil uma contradição muito grande. A agricultura familiar luta pela sobrevivência e cresce a expansão da monocultura, com concentração de terras. Os povos indígenas e tradicionais também estão tendo dificuldade de acesso aos seus territórios.

Diminuiu o numero de pessoas com fome, de mortalidade de crianças, mas por outro lado, corremos o risco de ter de aumentar a assistência, porque cresce o cerco sobre

agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Precisamos incluir não somente os alimentos, mas também a água de qualidade. Este modelo dominante de monoculturas acaba com a biodiversidade. Ameaça à soberania e segurança alimentar; processo permanente de descontaminação.

Propomos revisão dos subsídios para os agrotóxicos.

Redução da diversidade pela monocultura.

Direito ao acesso a informação.

O cardápio das escolas deve ser de acordo com as características alimentares, com a safra local, com a diversidade de alimentos.

Propomos condições de produção, de créditos, política de produção orgânica e agroecológica.

A política nacional de abastecimento alimentar regula o preço dos alimentos para uma alimentação de qualidade. (A farinha de mandioca subiu absurdamente na Amazônia).

Precisamos descentralizar o abastecimento. Ter feiras, mercados populares.

Quanto à proposta de renegociação da dívida, o que precisa ser mudado é o padrão de financiamento. Tem amarras. A linha geral do Pronaf está associada a agroquímicos, que aprisionam os agricultores.

Impacto dos agrocombustíveis: O programa do dendê não é de plantio consorciado. Com isso há crise da farinha de mandioca. O programa contamina os igarapés/córregos, diminui o pescado e acaba com a característica central do camponês que é a policultura, o que os tornava mais resistentes e resilientes. O contrato de produção do dendê impede esta diversidade. Com isso está ameaçando o sustento do agricultor. O autoconsumo é parte da economia familiar, e por isso tem sentido para a agricultura local. Agricultura complexa é o da agricultura familiar, e não a simplificação da monocultura.

Balanco energético no sistema agroecológica já existe.

Debate

Ivonete: tem que ter alguém que entenda do PAA, o que a mesa vai fazer com isso? Precisamos encaminhar isso, pois o acesso a essas políticas públicas e programas não estão sendo implantados no Estado.

Edson: Sugestão de inclusão do abacate para biodiesel e o pequi, que podem ser utilizados tanto como alimento como para produção de óleo.

Gastão, Ass. Córrego Fundo, ao Vicente: O produtor de leite pode ter acesso ao PGPM?

Jefferson: a Conab tem um programa

Adelmo: Porque o biodiesel veio para a agricultura familiar?

Maria Emília: audiência com o ministro da pesca; O pescado ainda não está na alimentação escolar. A situação das mulheres pescadoras.

Os resultados das reuniões estão na página do Consea. O Consea estadual tem um representante dos pescadores da baixada cuiabana.

Não há rastreabilidade para o milho não transgênico. A polinização do milho é aberta.

É gravíssima a questão da vigilância sanitária. Queremos legislação diferenciada. Sugeriu o filme: o mineiro e o queijo. Agricultores impedidos de vender polpa de fruta que é vendida para o Conab. Há questões que tem de ser enfrentadas politicamente. O alimento artesanal precisa ser valorizado.

Vicente: Os representantes da agricultura familiar têm de se visibilizar nos Ceasas que estão sendo implantados.

O preço mínimo do leite;

Praticamente todos os projetos elaborados que estavam de acordo com as normas, foram aprovados.

A legislação obriga a fazer inspeção sanitária. A partir de 2012, isso é lei.

André Machado: Disse estar de acordo que o abacate e o pequi sejam incluídos. A dificuldade é que o óleo da agricultura familiar, inclusive a mamona, tem um mercado de maior valor que o agrocombustível.

Agricultura familiar atrelada ao biodiesel foi criada para proporcionar mais uma alternativa. Não é uma imposição, mas acaba sendo a única alternativa em algumas regiões.

Toda proposta de distribuição de combustível que não passa pela BR distribuidora, certamente sofre barreira.

Fran: Qual é a competência do MDA no programa? Quais as empresas e quais os municípios acessados pelo programa?

Lídia: Produtos da mandioca são comprados também pela Conab.

Edson: Desde 2006 não tem acesso ao Banco do Brasil, mas as indústrias estão integrando e dando condições de entregar soja e assim conseguir reformar outras terras.

Rosineide, Ass. 12 de outubro: produzimos alimentos sem agrotóxicos.

André: A DAP é um problema gravíssimo. Exige um monitoramento muito mais detalhado: Problemas do arrendamento, controle social... Para a segurança alimentar, importante é recorrer a ATER.

Vicente: qualquer produto pode ser comercializado pelo PAA. É incrível que um município como Sinop não tenham um projeto PAA, tendo universidade, Embrapa...

Maria Emília: apoio à realização das oficinas, para que o programa do PAA vire uma política pública. É muito mais prático o PAA e o PNAE chegar lá na ponta, do que o PRONAF.

Encaminhamentos e Avaliação

Gastão: esta pauta nós já levamos aos mesmos órgãos em 2009. Se deliberarmos para o movimento irmos para a rua...

Vilmon: Como formar a rede articulada aqui?

Gastão: teve um evento com 17 sindicatos dos Trab. Rurais e o coordenador e o João Paulo de Nova Mutum.

Ivonete: O Fórum Teles Pires nasceu em 2010 com o MST, MAB, Sintropet, Unemat, os indígenas. Há uma diversidade de pensamento, que faz com que seja bastante dividido. É algo que ainda está em construção.

Vilmon: Poderia nascer aqui uma organização que congregasse a todos em torno da terra e das águas: MAB, povos indígenas, pescadores, Unemat... O fórum Teles Pires tem a questão específica das hidroelétricas. A organização já nasceu com este documento assinado. O que precisamos é ver como fazer uma comunicação, uma articulação que responda quando for necessário.

Adelmo/Salcicha: reunir novamente a coordenação do regional do movimento unitário: Valdir (CPT), Jefferson (MAB), Adelmo (MST) Adilson (movimento sindical - STTR de Matupá),

Nilfo: O que queremos construir como unidade? Quais são as pautas prioritárias?

Adelmo: Hoje a Fetagri é parceira. Toda vida vamos ter pautas a encaminhar.

João: para definir a pauta enxuta, precisa da articulação, de uma coordenação.

Ambrosio: Levar este documento para as nossas bases, consultar as associações, os sindicatos para que isso seja assumido de fato.

Ivonete: não tenho legitimidade para representar o movimento campestre. O tempo para dar um retorno tem de caber dentro do que está acontecendo no país. Aqui tem uma pauta que é o cancelamento do leilão, previsto para agosto. Olhando o que acontece pelo país afora, é a hora de colocar as grandes pautas em questão. O documento está bem detalhado, um instrumento de estudo...

Nilfo: teria que ser no mês de julho, aproveitando o evento previsto em Lucas, com orçamento para hospedagem e alimentação. Levar as discussões que cada um já irá fazer nas suas bases.

Fran: Todos os agricultores do campo somarem a luta.

Conclusão: A reunião com todo este grupo que compõe o movimento unitário ficou marcada para o dia **12 de julho de 2013**, em Lucas do Rio Verde, no Residence Palace Hotel.

Relatoria: João Inácio Wenzel e Franciléia Paula.

Anexo 1: Lista de presença

Nome	Entidade	E-mail	Telefone
Adelmo de O.	Ass. 12 de Outubro	rosineide-apc@live.com	66 9654-9740
Aline Francisco Camargo	E. E. Lucas A. Toniazco	hallynefranci@hotmail.com	66 9952-7444
Ambrosio Pereira Carvalho	STT Renascer	agriculturapeixoto@hotmail.com	66 9604-8025
André Machado	SAF/MDA	andre.machado@mda.gov.br	61 2020-0519
Andresa Carvalho da Silva	E.E. Lucas A. Toniazco	andresatnn@hotmail.com	66 9643-6893
Benildo V. Narciso	Nova Ubitatã	aproger125@gmail.com	66 9675-9168
Caio Bruno	FORMAD	caiobruno.jor@gmail.com	65 8160-6303
Celito J. TGrevisan	Coperrede		65 9617-8430
Claudio M. da Silva	GT Univida		66 9637-7270
Cleuza da Silva Dutra	Ass. N. Guarita		66 8458-6233
Cleyton F. Mohr	E.E. Terra Nova	cleytoncfm@gmail.com	66 9932-4138
Dieter Metzner	MDA - Consultor do Biodiesel p/ MT	dieter.metzner@hotmail.com	65 8112-4998
Diogo Ruani	E.E. Terra Nova	diogoruani@gmail.com	66 9687-3670
Dorcelina R. Barbosa	Associação Renascer		66 9613-9142
Edison de Souza	Unemat	edison.unemat@gmail.com	
Edson R. Leite	Ass. Renascer		66 9676-0062
Emerson Alves de Lima	Nova Ubitatã	aproger125@gmail.com	66 9699-5763
Eunice M. S. Leite	Ass. Renascer		
Ferry Cassol	Sindicato Tabaporã	sindicato.tba.novaf@hotmail.com	66 3601-1014
Franciléia Paula	Fase	fran.fase@gmail.com	65 9972-5709
Gstão J. C. Vasconcelos	PA Wesley M. dos Santos		66 9995-3039
Ivanilda Santana Rodrigues	Ceres Norte	vanvanrodrigues@bol.com.br	66 3541-2251
Janne Kellen R. Santos	MMC-MT	jannekellen_1995@hotmail.com	66 9632-9482
Jefferson do Nascimento	MAB	jeffersonacai@gmail.com	66 9674-5831
João Inácio Wenzel	Formad/Fase	joaoinaciow@gmail.com	65 9984-4134
José A. Cavalcanti			66 9974-5057
José de Arimateia Uniavô			66 9649-2822
José dos Santos	STTR Sinop	strsinop@gmail.com	66 3532-5507
Josiane Rita Mattei	E.E. Terra Nova	matteizinha_@hotmail.com	66 9978-6888
Junior Coimbra	Ass. 12 de Outubro	rosineide-apc@live.com	66 9928-9390
Juvenal G. Fernandes	Coperrede		
Lídia G. Moreira	STTR	lidiagomesmoreira@hotmail.com	66 9604-9042
Liliane S. Matos	UFMT	lilistedile@hotmail.com	66 9911-8810
Lindomar Gomes Pereira	CPT	lindomargomespereira402@gmail.com	66 9626-22248
Livia Dias M. Duarte	Fase Nacional	livia.duarte@fase.org.br	21 8200-7989
Luciano L. de Moraes	E E Lucas Toniazco	long@iq.com.br	66 9911-6052
Marcos da Silva	Ass. 12 de Outubro	rosineide-apc@live.com	66 9951-7190
Maria Aparecida Sant. Seze	CPT Nova Canaã		66 9959-5580
Maria Emília L Pacheco	Fase/Consea Nacional	memilia@fase.org.br	21 2536-7387
Maria Ivonete de Ju	Unemat	mariaivonetede@gmail.com	66 9609-0927
Maria Lúcia Rosa	P. A. Ena Feliz Natal		66 9601-3371
Maria Sueli Conceição	Cerest Norte		66 3541-2251
Mariana Freitas	FORMAD	mari@formad.org.br	
Mauricio Ernandes	UFMT	mauricio_asi@hotmail.com	66 9617-1623

Maurinho E. M.	Merces V		66 9902-6721
Michelle Zonon Moraes	E. E. Lucas A. Toniazco	michellezanon@hotmail.com	66 9633-4663
Nilfo Wandscheer	Coperrede	nilfow@gmail.com	65-9995-7668
Noeli Wandscheer	Ass. Renascer		66 9961-1621
Renato A. Felito	MAB	renatofelito@yahoo.com.br	66 8446-8188
Robison S. do Nascimento	E E Lucas Toniazco	robison1983@hotmail.com	66 9672-1447
Rosineide Souza da silva	Ass. 12 de Outubro	rosineide_apc@live.com	66 9640-8971
Sandra C. Nücl	Entre Rios		
Sergio Schlesinger	Fase	ssergio.sc@gmail.com	21 2242-2149
Thiago Henrique Bidoia	E.E. Terra Nova	dom_mace@hotmail.com	66 9643-8584
Valdir Ap. Seze	CPT	sezevaldir@gmail.com	66 9672-5753
Victória M. Ramos de S. Oliveira	JUVA	victoria1695@gmail.com	66 9652-8391
Vilmon Alves Ferreira	Fase/Formad	vilmonvaf.fase@gmail.com	65 9972-5158
Vilson de Bastiani	Nova Ubirtã	aproger125@gmail.com	66 9959-3490

Anexo 2:

Medidas necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações residentes na Região Médio Norte do Estado do Mato Grosso

Sinop-MT, 25 de junho de 2013

O Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), através do Projeto **"Avaliação dos impactos sociais e ambientais da produção dos agrocombustíveis"**, desenvolveu estudos sobre o cultivo da soja e da cana-de-açúcar em duas diferentes regiões do Estado. Participaram ativamente do trabalho diversas organizações a ele filiadas, as populações locais diretamente envolvidas e suas instituições representativas. Para o caso da soja, foi escolhida a Região Médio Norte do Estado, tomando como referência o município de Lucas do Rio Verde. Oitenta por cento da superfície deste município são ocupados por esta cultura, cenário que, em maior ou menor grau, se repete nos municípios vizinhos. O Estado responde atualmente por cerca de 30% da soja produzida no Brasil, e a região em estudo é aquela em que se concentra a maior parcela da produção estadual.

Onde quer que se instalem, monoculturas como a da soja, predominante nessa região, concentram a propriedade da terra, reduzem a biodiversidade, a produção de alimentos diversificados e a quantidade de água disponível. Além disso, contaminam o solo, o ar e as águas, como consequência do uso intensivo de agrotóxicos.

A monocultura da soja, altamente mecanizada, também não gera postos de trabalho suficientes para empregar a população deslocada de suas pequenas propriedades. Além disso, o maquinário e os insumos agrícolas utilizados vêm de fora, reduzindo ainda mais as possibilidades de geração de empregos locais e resultando em uma distribuição da renda especialmente injusta.

Este é um dos lados da moeda. Do outro lado, fruto de seu histórico de ocupação pelas grandes propriedades rurais, há na região de Lucas um grande número de assentamentos rurais. Eles estão presentes nos diversos municípios abrangidos pelo estudo: Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Nova Mutum, Feliz Natal, Peixoto de Azevedo, Tapurah e Nova Ubiratã.

É nesses assentamentos que reside não só um grande número de famílias de ex-sem-terra, mas também os mais graves problemas sociais da região. A grande maioria dos agricultores familiares vê sua produção tradicional de alimentos inviabilizada pela presença da grande monocultura e outros fatores.

É sabido que as populações que vivem em assentamentos no Brasil enfrentam uma série de dificuldades para obter seu sustento a partir da produção familiar de alimentos. Problemas relativos à ausência de infraestrutura, regularização ambiental, assistência técnica, financiamento da produção e outros vêm inviabilizando a permanência de muitas famílias de assentados em suas terras. Todas essas questões estão presentes na maioria dos assentamentos brasileiros. Alguns aspectos destas dificuldades, no entanto, parecem ser característicos das localidades estudadas.

Apesar de conhecida como o celeiro do mundo, produzindo e exportando grãos e carnes, a região de Lucas do Rio Verde, segundo informações da prefeitura municipal, traz de centros distantes, como São Paulo e Curitiba, mais de 90% dos alimentos consumidos pela população local. Por rodovia, a cidade de São Paulo situa-se a mais de 1.800 km de Lucas do Rio Verde. E Curitiba, a mais de 2.000 km. Com isso, os preços dos alimentos são mais altos, e a qualidade dos hortifrutigranjeiros, mais baixa. A pesca, outra fonte

importante de alimentos e de renda, também vai se tornando impossível, como resultado da redução do volume dos rios e da poluição por agrotóxicos.

Nestas condições, seria de se esperar dos governos locais forte apoio à produção familiar de alimentos, tanto para viabilizar a produção agrícola destas famílias quanto para permitir o acesso da população local a alimentos mais frescos e mais baratos.

Mas, ao contrário, o que constatamos foi um panorama em que o agricultor familiar precisa enfrentar primeiramente a burocracia para legalizar sua produção e ter, a partir daí, acesso ao crédito oficial. Obtida a regularização no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, ele pode então ter acesso ao financiamento da produção, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). E, a partir, daí, vender sua produção habilitando-se aos programas de compras governamentais de alimentos instituídos pelo Governo Federal.

Vencidas essas etapas, arrisca-se a plantar e perder sua produção por falta de compradores locais. No caso dos programas de compras governamentais de alimentos, depende também da ação dos governos estadual e municipal para a efetivação das compras. Para a venda da produção a supermercados ou diretamente ao consumidor, surge outro obstáculo. Suas terras geralmente estão situadas em locais distantes da sede do município, e ligadas a ela através de estradas precárias.

A inviabilização da produção resulta em um panorama hoje presente em inúmeros assentamentos em todo o país. Os mais velhos, na impossibilidade de produzir, contam apenas com os recursos da aposentadoria rural e do Bolsa Família. E seus filhos têm que buscar trabalho e escola na cidade. Esta situação impõe ao assentado, muitas vezes, o arrendamento de sua terra para os grandes produtores de soja como única forma de obter a renda necessária para viver.

Compras governamentais de alimentos pelo governo

O governo federal oferece alguns programas para estimular a compra da produção familiar em parceria com os governos estaduais e municipais: os mais importantes são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os números divulgados pela Conab, no entanto, mostram que estes dois importantes programas pouco ou nada são utilizados nestes municípios. Verificando o banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela gestão financeira do PAA, encontramos o valor zero de utilização do PAA em 2011 e 2012 nos municípios que consultamos: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.

O PNAE, que disponibilizou R\$ 990 milhões para a compra direta de produtos da agricultura familiar em 2012, não adquiriu quantidade significativa de alimentos nestas localidades. É de se destacar que ambos os programas requerem ativa participação dos governos federal, estadual e municipal.

O direito ao meio ambiente e à saúde

A pulverização de agrotóxicos em Mato Grosso é realizada por tratores e aviões agrícolas, e as névoas daí resultantes, além de atingirem os alvos, também atingem os trabalhadores, o ar, o solo, a água, os moradores, os animais e outras plantas no entorno de lavouras como a da soja, do milho e do algodão. Assim, o cotidiano da população é a convivência com as máquinas e seus ruídos e com os odores dos fertilizantes químicos e dos agrotóxicos.

A população residente em Lucas do Rio Verde está exposta a 136,35 litros de agrotóxicos por habitante, número cinco vezes maior que a média do estado (29,80) e trinta e sete

vezes maior que a média nacional (3,66 litros). Em Mato Grosso, este número corresponde a uma exposição oito vezes maior que a média da população brasileira.

Ao longo do estudo, ouvimos várias narrativas sobre os problemas de saúde causados pela exposição aos agrotóxicos. Mas constatamos também que estes fatos não se transformam em números oficiais que componham estatísticas que permitam, por sua vez, a comprovação desta relação de causa e efeito entre as doenças e a exposição aos agrotóxicos.

A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vem desenvolvendo pesquisas sobre o impacto dos agrotóxicos na região. O estudo rigoroso e recente, publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), realizado em Lucas do Rio Verde, revela um descontrole generalizado da utilização destes produtos no país, constatando também que os profissionais de saúde não são devidamente treinados para fazer o diagnóstico e realizar investigações sobre a exposição humana e surtos de intoxicações. O estudo comprova a contaminação das águas da chuva, do ar, dos rios e lagoas, do pátio das escolas e do leite materno.

Agrotóxicos e produção de alimentos

Os agricultores que buscam produzir em áreas próximas às da monocultura sofrem constantes prejuízos, causados pela utilização intensiva de agrotóxicos nas áreas plantadas com soja. Um dos agrotóxicos utilizados pelos grandes produtores é o dessecante, aplicado para acelerar a maturação e a colheita da soja.

O uso intensivo dos agrotóxicos na soja faz com que as pragas sobreviventes se transfiram para as áreas de produção familiar e ataquem suas lavouras. “Morrem as folhas todas, não sobra nada. O que acontece então é que quem quer salvar alguma coisa tem que usar agrotóxico também. E o uso dos agrotóxicos causa um grande desequilíbrio. Desaparecem muitos predadores de insetos. Os mais resistentes, que criam defesas contra os agrotóxicos, acabam dominando toda essa área.” Não só a agricultura é prejudicada. Há também o caso dos apiários, onde morrem muitas abelhas, por extraírem pólen de flores contaminadas por estes produtos tóxicos.

Os agrotóxicos, assim como o desmatamento, provocaram ainda o desaparecimento quase total das principais espécies de peixes que povoavam os rios da região. A pesca nestes rios era importante fonte de renda para os pescadores e produzia também um excelente alimento para a população local. Nos dias de hoje, os peixes são trazidos de longe. Geralmente, estão disponíveis para consumo tilápias criadas em tanques na região Sul do país, a preços elevados, inacessíveis às camadas mais pobres da população.

Reivindicações

Reunidos em Sinop no dia 24 de junho de 2013, com apoio do Formad (Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento), nós, das organizações e movimentos sociais da região, solicitamos aos representantes do poder público municipal, estadual e federal medidas concretas e imediatas para solucionar os problemas aqui apresentados. Sinteticamente, são as seguintes as nossas reivindicações:

- **Viabilização da produção e da comercialização da agricultura familiar**
 - Ação conjunta, nos níveis municipal, estadual e federal, para regularizar a produção familiar de alimentos, fornecendo toda a documentação necessária à regularização fundiária, licenciamento ambiental, produção e comercialização

dos alimentos, assim como para o acesso aos créditos do Pronaf e outros programas de financiamento destinados a viabilizar suas atividades.

- Renegociação das dívidas com o Pronaf, de modo a facilitar a quitação destes débitos.
- Dotar os agricultores familiares e suas instituições dos instrumentos de comunicação necessários às suas atividades, como acesso à internet e telefone.
- Investigação pela Polícia Federal e pelo Ministério Público da apropriação de terras de agricultores familiares por grandes produtores.
- Reformulação dos padrões tradicionais de assistência técnica. Assistência para o planejamento e a execução da produção, com formação de multiplicadores locais, voltada para a produção de alimentos sob um modelo agroecológico, movimentando mais a economia local, gerando mais postos de trabalho e distribuindo a renda de forma justa.
- Apoio das universidades, através de intercâmbios e parcerias, a atividades de formação e capacitação nos diversos temas relacionados às práticas agrícolas e à elaboração de projetos que viabilizem a continuidade destas mesmas atividades.
- Melhoria da qualidade das estradas de acesso às localidades distantes onde há produção de alimentos, sobretudo aos assentamentos, para viabilizar o escoamento da produção.
- Promoção de feiras públicas, visando à comercialização direta da produção entre produtores e consumidores.
- Preferência à agricultura familiar local nas aquisições de alimentos consumidos por todos os órgãos de serviço público.
- Valorização dos produtos agroecológicos através de aquisições preferencias pelos programas oficiais de compra de alimentos.
- Promoção do funcionamento efetivo, na região, dos programas oficiais existentes que preveem a compra preferencial de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- Concessão de autonomia às escolas rurais para incluir no currículo escolar questões de interesse do agricultor familiar, como: orientações sobre o PAA, PNAE e outros programas governamentais; malefícios do uso dos agrotóxicos, práticas alternativas existentes, diferentes modelos agrícolas, com visão crítica sobre os monocultivos; importância da produção diversificada de alimentos e do manejo do solo, da rotação de culturas; consumo sustentável; exercício efetivo da cidadania e formação dos familiares dos alunos.
- Inclusão destes mesmos temas nos cursos universitários relacionados, como engenharia florestal, agronomia e outros, fazendo com que as universidades trabalhem de maneira diversa com os acadêmicos que irão atuar no campo, desenvolvendo parcerias também com jovens, com cooperativas e outras.
- Formação de parcerias com universidades, cobrando também da Embrapa seu papel de assistência e de pesquisa voltadas ao produtor rural.
- Zoneamento integrado das atividades agropecuárias, que evite a implantação de monoculturas em áreas necessárias à proteção dos ecossistemas e em regiões estrategicamente importantes para a produção de alimentos, visando garantir a segurança alimentar nos níveis local, regional e nacional.

- **Proteção da saúde da população e do meio ambiente**

- Regulamentação rigorosa do uso de agrotóxicos e outros poluentes, como primeiro passo rumo à proibição definitiva do uso destes produtos. Proibição imediata da pulverização aérea.
- Estudo da incidência de doenças vinculadas à exposição aos agrotóxicos, comparando os dados destas áreas com os de outras onde não está presente a monocultura.
- Análise permanente da qualidade da água, verificando a contaminação por agrotóxicos, através de convênios com instituições de saúde pública como a Fiocruz e universidades públicas.
- Divulgação, em cumprimento à Lei de Transparência, de informações sobre a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Saúde repassados para fundos estaduais, com o objetivo de fortalecer os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).
- Proibição imediata do uso da soja *in natura* na alimentação de peixes.
- Aprofundar e tornar participativa a elaboração dos estudos sobre impactos das construções de barragens (EIA-RIMA).
- Revisão do Decreto nº 1.210, de 03 de julho de 2012, do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a instalação de tablados flutuantes nos corpos hídricos (parágrafo único do artigo 5º).
- Melhoria da fiscalização ambiental e trabalhista dos frigoríficos.
- Revitalização dos rios da região e repovoamento das águas com espécies originais. Recomposição das matas ciliares com espécies nativas.
- Aprovação da PEC do trabalho escravo e fortalecimento, através de apoio oficial, das organizações que trabalham pela erradicação desta prática.

Coperrede – Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Economia Solidária.

Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Sinop-MT

Associação Renascer – Peixoto-MT

Aproger – Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios – Nova Ubiratã-MT

Fórum Telles Pires

Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Peixoto de Azevedo-MT

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Assentamento 12 de Outubro – MST – Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra

Assentamento ENA – Feliz Natal-MT

Colônia Z-16 de Pescadores e Aquicultores do Município de Sinop e Região (Copesnop)

Escola Estadual Terra Nova – Escola Agrícola (Curso Técnico em Agroecologia)

Escola Estadual Lucas Auxilio Toniazzo (Curso Técnico em Agroecologia)

Associação de Agricultores Familiares Córrego Fundo – Sinop-MT

Adunemat – Associação dos docentes da Unemat

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens